



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----ATA-----

-----Primeira reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e um de dezembro de dois mil e treze. -----

-----Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e treze, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de João Manuel Lobo de Araújo, com a seguinte ordem de trabalhos:--

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão ordinária de seis de setembro de dois mil e treze. -----

-----2.- Correspondência – Consideração e análise; -----

-----3.- Período de antes da ordem do dia; -----

-----4. Assuntos propostos pela Assembleia Municipal: -----

-----4.1.- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou de União de Freguesias que representará, no Conselho Municipal de Educação, as freguesias do concelho de Vila Verde-----

-----4.2. - Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para, nos termos da alínea L, do artigo décimo sétimo da Lei 147/99 de um de setembro, integrar a Comissão Alargada da “Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”; -----

-----4.3. - Eleição de quatro elementos efetivos e um suplente, detentores, por eleição direta, do cargo de membros da Assembleia Municipal, com a finalidade de integrar a Assembleia Intermunicipal da “Comunidade Intermunicipal do Cávado – C.I.M.”; -----

-----4.4. – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou de União de Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta. -----

-----5. - Assuntos propostos pela Câmara Municipal: -----

-----5.1. – Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2014/2017-----

-----5.2. – Discussão e votação do Orçamento para o Ano Económico de dois mil e catorze e respetivas Normas Regulamentares de Execução; -----

-----5.3. – Aprovação do Regulamento de Serviços, Organograma e Mapa de Pessoal; --

-----5.4. – Discutir e votar proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal/2013; -----

-----5.5. – Discutir e votar proposta formulada pela Câmara Municipal que solicita à Assembleia Municipal a emissão de autorização prévia e genérica, favorável à assunção de compromissos plurianuais nos casos previstos naquele documento; -----

-----5.6. – Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo de refere ao Lançamento de uma Derrama, a liquidar e cobrar em dois mil e catorze pela aplicação da taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) com o volume de negócios, no ano anterior, superior a cento e cinquenta mil euros; -----

-----5.7.– Discutir e votar proposta da Câmara Municipal que se refere à adesão do Município de Vila Verde ao Pacto dos Autarcas; -----

-----5.8. – Discutir e votar proposta formulada pela Câmara, relativa à alteração do artigo vigésimo do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização. -----

-----5.9. – Apreciação do Relatório de Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro (Saneamento e PAEL). -----

-----6.- Apreciação de informação escrita do Presidente de Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----7.- Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias e -----

-----8.- Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Estiveram presentes na reunião sessenta e um membros. -----

-----Presidiu à reunião João Manuel Lobo de Araújo; João Pinheiro de Oliveira e Martinha Soares, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários, também estiveram presentes. -----

-----Face ao pedido de ausência por um período inferior a trinta dias, formulado pelos cidadãos eleitos Aires Francisco Macedo Fumega e Luís Miguel Ferreira de Sousa, foram empossados em substituição dos mesmos os cidadãos Ricardo José Pinheiro Arantes e Cristina Carneiro Costa, respetivamente. -----

-----Foram ainda empossados os seguintes membros da Assembleia Municipal que não tinham estado presentes no ato de instalação da Assembleia Municipal, mas que viram deferidos os respetivos requerimentos justificativos da ausência: Maria de Fátima de Oliveira Pimenta Peixoto; Manuel Ribeiro Pereira e o Presidente da Junta de Freguesia de Freiriz, Narciso José Teixeira Gama. Porfírio António da Silva Correia não esteve presente, razão porque voltou a não tomar posse. -----

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão de seis de setembro de dois mil e treze foi aprovada por maioria, com zero votos contra, onze abstenções e cinquenta a favor. Ricardo Arantes, em declaração de voto, justificou a sua abstenção invocando a sua não participação na reunião em apreço. -----

-----No ponto 2.- correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa em exercício informou que não rececionou qualquer correspondência. -----

-----Susana Silva, do PSD, apresentou uma recomendação no sentido da doação de senha de presença aos Bombeiros Voluntários de Vila Verde. Atendendo a que, este ano, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde comemoravam o seu Centenário e a que, ao longo dos anos, esta associação realizou um trabalho ímpar em prol do concelho; atendendo a que, no dia seguinte, o encerramento das comemorações ia ser marcado pela atribuição da Medalha de Mérito a esta Associação, entregue pelo Ministro da Administração Interna; atendendo a que se estava a viver o espírito natalício, os membros do PSD decidiram, individualmente, doar a sua senha de presença desta sessão e convidaram todos os presentes a associarem-se a esta iniciativa.----- O Presidente da Mesa esclareceu que o Regimento da Assembleia Municipal não previa esta figura da doação, apenas prevendo doações aos órgãos do Município, mas, compreendendo que os Bombeiros assinalavam o seu Centenário e que eram reconhecidos os seus excelentes serviços públicos, a Mesa consentiu a apresentação desta moção e apelou a que os Deputados, voluntariamente e se assim o entendessem, procedessem à doação em questão. -----

-----Salvador Araújo, do PSD, apresentou um voto de pesar pelo falecimento de Nelson Mandela, líder sul-africano que lutou politicamente contra o sistema de segregação e subjugação dos não-europeus (Apartheid), de forma não-violenta. Esteve preso durante vinte e sete anos, foi Nobel da Paz e o primeiro presidente negro da África do Sul. Refundou o país na base da reconciliação, manifestou elevado sentido de Estado e, depois de ter deixado o poder, permaneceu como força unificadora da nação e como um exemplo, ficando perpetuado na história da humanidade como um dos seus melhores representantes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----Por proposta do Presidente da Mesa, o Plenário procedeu a um minuto de silêncio em memória de Nelson Mandela. -----

-----Hugo Gonçalves, da CDU, apresentou uma moção intitulada “em defesa das freguesias”, na qual sustentou que o Governo, a coberto e a pretexto do Pacto de Agressão assinado com o FMI e com a União Europeia, estava a encetar uma ofensiva contra o poder local democrático, mitigando meios e serviços e aumentando a sua dependência da administração central. Somava-se ainda o explícito objetivo de eliminação dos municípios, a destruição do emprego público, o enfraquecimento da representatividade das populações e o aprofundamento das assimetrias, privando territórios, muitos deles a dezenas de quilómetros das sedes das novas freguesias, de serviços essenciais, o que se traduzia no acentuar da desertificação, contraditoriamente ao anunciado reforço da coesão. Após as eleições autárquicas, verificava-se que a junção de freguesias prejudicava muito as populações, devendo, assim, continuar a mobilização em ordem à devolução das juntas de freguesia às populações. Assim, a moção da CDU ia no sentido da Assembleia Municipal decidir o seguinte: manifestar aos grupos parlamentares a sua profunda discordância com esta lei, por destruir a identidade das diversas comunidades e prejudicar fortemente as populações, e exigir que se adotassem as medidas legislativas necessárias à devolução das freguesias do povo; exortar a ANAFRE e as suas estruturas distritais, assim como as plataformas e movimentos em defesa das freguesias, ao prosseguimento do protesto contra a destruição das freguesias e a exigência da sua reposição. -----

-----Susana Silva esclareceu que o PSD ia votar contra esta moção, sendo que os motivos e os contornos da reorganização administrativa em questão já haviam sido discutidos pelo Plenário em tempo oportuno e não se justificava agora retomar o assunto-----

-----Luís Castro, do PS, lembrou que a sua bancada votou contra este processo pela forma como ele foi conduzido, sem terem sido claramente ouvidas as assembleias de freguesia, tendo acontecido situações em que a Assembleia de Freguesia votou num sentido diverso da decisão tomada. A bancada do PS, por não se rever em alguns dos aspetos desta moção, ia abster-se na votação. -----

-----A moção da CDU foi rejeitada com trinta e cinco votos contra, vinte e uma abstenções e um voto a favor. -----

-----Hugo Gonçalves apresentou ainda uma moção sobre a proposta de Orçamento de Estado para dois mil e catorze. Considerando que o Orçamento de Estado, conjugado com a Lei das Finanças Locais, acentuava, de forma brutal e desproporcionada, ainda mais a redução da participação das autarquias nos recursos do Estado; reforçava as medidas de tutela e de ingerência na gestão autárquica, atacando a autonomia do poder local; aprofundava a degradação dos rendimentos, das condições de trabalho e das prestações sociais dos trabalhadores das autarquias; induzia estagnação e degradava as condições de desenvolvimento da economia, empobrecendo o concelho e as pessoas; limitava e negava direitos fundamentais como o acesso à saúde, à educação e à proteção social; era um fator de empobrecimento das famílias, dos reformados e de ruína das PME em benefício dos grupos económicos e do capital financeiro; a Assembleia, segundo a mesma moção, deliberava o seguinte: repudiar o esbulho dos recursos que o Estado colocava à disposição das autarquias para manutenção e melhoria das condições de vida das populações; manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

autarquias, da administração pública e em geral, em especial os que perderam os seus empregos, os reformados e pensionistas, que viam as suas condições de vida degradadas; reclamar medidas e políticas que desagravassem a asfixia a que vinham sendo condenadas as micro, pequenas e médias empresas e os pequenos agricultores e que possibilitassem e estimulassem o crescimento económico e o desenvolvimento em geral; exigir o fim do ataque ao serviço público, da delapidação dos recursos e do património públicos, particularmente através da política ruinosa de privatização de tudo o que era rentável, como a água e saneamento, os resíduos sólidos urbanos, a ANA ou os CTT, entre outras empresas. -----

-----Luís Castro interveio para referir que o Orçamento de Estado para dois mil e catorze continha reduções significativas nas contribuições para os municípios e para as freguesias. Também se revia no teor da moção no tocante à contestação dos cortes de que eram alvo os trabalhadores, razão porque a sua bancada ia votá-la favoravelmente. -

-----Susana Silva reconheceu o esforço que todos tinham vindo a fazer e o impacto das medidas na vida de cada um, nas instituições e nas empresas, mas sublinhou igualmente a emergência de bons indicadores de melhoria e de retoma da economia, assim como a circunstância de o Orçamento ainda não ser conhecido na sua totalidade, motivos pelos quais o PSD ia votar contra a moção. -----

-----Esta moção da CDU foi rejeitada por maioria, com trinta e três votos contra, seis abstenções e dezasseis votos a favor. -----

-----Hugo Gonçalves apresentou um projeto de recomendação à Câmara Municipal relativo aos incêndios que assolaram o país e o concelho de Vila Verde no último Verão, particularmente as freguesias de Valdreu e Paçô. Independentemente da assunção de responsabilidades pelo atual e pelo anterior Governo, particularmente, desde os grandes incêndios de dois mil e dez, por nada terem feito em matéria de prevenção e pela desarticulação no combate a este flagelo, era necessário garantir apoios imediatos a todas as vítimas, a quem prestava a sua homenagem. O concelho de Vila Verde, também foi fustigado pelos fogos, tendo-se já registado duzentas e duas ocorrências, com uma área arborizada queimada estimada em quinhentos e dezoito hectares. Um incêndio que lavrou em Valdreu consumiu muita madeira que era sustento de várias famílias e proprietários florestais, assim como áreas de cultivo. Em resposta à Deputada Carla Cruz, a Ministra da Agricultura e do Mar informou que não estavam previstas medidas especiais para minimizar as consequências dos incêndios em Vila Verde, resposta que patenteava o desconhecimento da realidade. Acrescia ainda a circunstância da Câmara Municipal ainda não se ter empenhado suficientemente na resolução do problema nem ter previsto qualquer apoio. Assim, o objetivo desta intervenção da CDU ia no sentido de que a Assembleia Municipal recomendasse à Câmara Municipal que disponibilizasse o apoio necessário e fizesse diligências para que o Governo tomasse medidas em ordem à atribuição de ajudas especiais às famílias atingidas e aos proprietários de pequenas explorações florestais. -----

-----O Presidente da Mesa esclareceu que as recomendações eram diretas e da autoria de quem as apresentava e as mesmas não podiam ser feitas no sentido de que fosse a Assembleia Municipal, por sua vontade, a proceder à recomendação pretendida à Câmara Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----O Presidente da Mesa, reportando-se especialmente aos novos membros do Plenário, recomendou que a crítica fosse sempre dirigida à ideia, à proposta, à sugestão ou à situação de facto, mas nunca às pessoas. -----

-----Filipe Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo, congratulou-se com a presença do Vereador do Ambiente, procedeu à apresentação do Grupo Municipal dos Independentes, seis presidentes de junta que representavam diretamente vinte por cento da população e um quarto do território, mas, mais importante ainda, era o contributo que queriam dar, nesta Assembleia, para o desenvolvimento do concelho e para a construção de novas ideias de fazer política. Os independentes vinham refrescar a democracia e ser uma alternativa aos dois grandes partidos (PS e PSD). Nada os movia contra os partidos, mas a democracia não se esgotava nos mesmos, havia uma nova forma de reivindicar o acréscimo de competitividades política era positivo para o concelho. Em complemento do voto de pesar pelo falecimento de Nelson Mandela, Filipe Silva parafraseou esta grande personalidade sul-africana: “sonho com um dia em que todos levantar-se-ão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos”. -----

-----No período de antes da ordem do dia, Júlio Zamith, do PS, interveio para referir que as suas intervenções iam ser sempre genuínas, responsáveis e alicerçadas na defesa do que entendesse ser o interesse do concelho em cada momento. Ia ser muito concreto e direto, porque era assim que os assuntos da autarquia deviam ser tratados. Questionou o Presidente de Câmara sobre o processo da venda dos cinquenta e um por cento do capital social da Escola Profissional Amar Terra Verde, no sentido de saber se a garantia bancária foi ou não extinta. Mais questionou o Presidente da Edilidade relativamente ao estacionamento pago através dos parcometros. No dizer do mesmo orador, a empresa SOCIPARQUE colocou uns vigilantes a deixar uns “Avisos de Incumprimento” nos automóveis que não tenham o *ticket* do parcometro, exigindo o pagamento de seis euros e oitenta cêntimos pelo incumprimento. Os vigilantes tinham feito este trabalho de caça à multa com um zelo fora do normal, ao ponto de passarem mais de cem multas ao mesmo veículo por dia, e Júlio Zamith quis saber se esta postura da empresa era ou não legal, de quem era a responsabilidade da fiscalização do estacionamento, como se tinha chegado àquele valor e se era o resultado de sessenta e cinco cêntimos por hora vezes dez horas e meia, período de estacionamento máximo. De acordo com o Regulamento Municipal disponível no *site* da Câmara Municipal, o preço do estacionamento era de sessenta cêntimos por hora e não sessenta e cinco cêntimos, o que o levou a perguntar se o Regulamento estava desatualizado ou se se estava perante mais uma situação de abuso por parte da empresa Sociparque. -----

-----Ricardo Arantes, do PS, sustentou que os apenas dois deputados que separavam o vencedor PSD do derrotado PS, nos resultados das eleições autárquicas, para a Assembleia Municipal, continuavam a valer muito pouco para aqueles que, de uma forma expressiva, decidiram que o Plenário devia ser o espaço de debate político concelhio. As contas eram simples. No mandato anterior, o PSD, com vinte e oito mandatos de deputados municipais, tinha direito a trinta e um minutos; em dois mil e treze, com menos onze deputados, continuava sem abdicar desse mesmo tempo. O PS, que subiu aproximadamente vinte por cento, continuava com o mesmo tempo. A CDU e o CDS-PP, com um deputado cada, tinham direito a cinco minutos; o PS, com quinze deputados, tinha direito a nove minutos; o PSD, com dezassete deputados, beneficiava de trinta e um minutos. Os presidentes de Junta, segundo o mesmo orador do PS, sendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

independentes ou não, deviam ter direito ao seu próprio tempo. Neste espaço, podia-se debater mais aprofundadamente as grandes opções para o mandato. Podiam ser mais analisadas questões como o flagelo do desemprego que levava tantos jovens do concelho para o estrangeiro; as inconstitucionalidades do Governo de direita, frio e vazio, que tantas famílias e empresas locais afetava; o negócio do lixo; a privatização da Escola Amar Terra Verde; a polémica em volta das coimas da empresa que geria o estacionamento de superfície ou a mentira deliberada do anúncio de pedido de calamidade pública, quando tantos munícipes se encontravam afetados. Estes últimos assuntos tinham surgido nos jornais pelas piores razões. Associados a um conjunto de coincidências, em nada promoviam Vila Verde. Muito havia para questionar, para debater, para propor e até era possível, em conjunto, encontrar-se as soluções alternativas mais adequadas à realidade concelhia. Escapava ao seu entendimento a razão porque se não encontrava uma mais equilibrada distribuição dos tempos, sendo crível que tal não se ficava a dever a qualquer tipo de receio por parte da bancada do PSD. O mesmo orador, que se congratulou com a presença do Vereador do Ambiente, situação pouco comum com o Edil que o antecedeu, considerou que Vila Verde era marcado, de norte a sul pelo seu património natural que, juntamente com as tradições, o artesanato e a gastronomia, tornava esta terra única e magnífica. No entanto, escasseavam os locais de lazer e os existentes aguardavam uma oportunidade para demonstrar toda a sua beleza. A Praia Fluvial da Malheira estava a ser alvo de um dos maiores atentados ambientais de que havia memória no concelho. Cinco caixas de saneamento, com a palavra “esgotos” inscrita, decoravam-na juntamente com a já existente placa que desaconselhava a prática banhar no rio Homem. A inoperância da maioria, após a denúncia na reunião de Câmara de dois de dezembro, pelos vereadores da oposição, levou a Juventude Socialista a dirigir uma carta ao Eurodeputado José Manuel Fernandes, para que, na condição de membro da Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu interviesse contra a prossecução daquela situação de ameaça ambiental. Ricardo Arantes afiançou que iam avançar mais ações nos próximos dias. O saneamento, uma promessa antiga, era necessário, mas não implicava qualquer destruição paisagística. Aconselhou o Presidente da Câmara e o Vereador do Ambiente a constatarem que existia uma via rodoviária por onde o saneamento podia passar em alternativa à praia. A solução existia, bastando apenas coragem política para zelar pelos interesses do concelho e dos Vilaverdenses. -----

-----Susana Silva esclareceu que os vereadores não eram obrigados a estar presentes nas sessões da Assembleia Municipal e sustentou que a sua bancada era apologista do debate político democrático. Mais lembrou que a Assembleia Municipal era integrada pelos membros diretamente eleitos e pelos Presidentes de Junta, não se afigurando correto, só porque dava jeito, vir agora dizer que os edis não contavam. Susana Silva frisou que a bancada do PSD era constituída por quarenta e um elementos, consubstanciando, pois, uma forte maioria. ----- O Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo conveyo que havia toda a boa vontade do Executivo Municipal de conversar com as Águas de Portugal e resolver a questão do saneamento na Praia Fluvial da Malheira. A questão mais preocupante prendia-se com o facto das tampas das caixas não serem estanques, o que desrespeitava as regras ambientais comunitárias e atentava contra o equilíbrio ambiental. -----

-----António Rodrigues, do PSD, referiu que a economia portuguesa estava a recuperar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

ainda que tenuemente, havendo também sinais de recuperação da economia europeia, o que se afigurava animador para as famílias, embora se perspetivassem ainda dificuldades para os próximos tempos. As exportações portuguesas, até setembro, cresceram quatro por cento e a Espanha continuava a ser considerada como um mercado ideal para a internacionalização da economia portuguesa. O aumento do emprego não foi, ainda assim, acompanhado por um crescimento económico equivalente, no que concernia ao produto interno. No terceiro trimestre, a procura interna também melhorara, sendo agora necessário que o país e particularmente o concelho estivessem atentos e fossem capazes de aproveitar todos os recursos dos fundos comunitários, do investimento privado e os frutos da internacionalização da economia portuguesa. Era ainda fulcral que o concelho de Vila Verde continuasse a apresentar uma imagem positiva que concorresse para reforçar a sua atratividade em relação aos investimentos industriais, mas também apostasse na terra e na agricultura, no turismo e nas instituições, nas tradições e nas pessoas. O mesmo orador exortou a que todos se envolvessem nesta estratégia e apelou a que os mais novos se revelassem participativos, nas sessões da Assembleia Municipal, de forma construtiva e sem a tentação de enveredarem por uma improfícua estratégia de terra queimada. Mais apologistou que as intervenções de todos visassem os superiores interesses do concelho e dos Vilaverdenses, servindo uma estratégia de defesa do bem comum e não a de crítica pela crítica e de mera criação de casos que denegrissem o concelho. A diminuição das despesas correntes do Município, o aumento das despesas e receitas de capital, a redução da dívida, a veiculação de uma imagem positiva de Vila Verde para o país e para o mundo e a criação da marca Namorar Portugal eram sinais animadores para Vila Verde. No programa para os próximos quatro anos, a prioridade de políticas na criação de emprego, a aposta na educação/formação, na ação social, no ambiente e na qualidade de vida eram bons augúrios, mas necessitavam da colaboração de todos. -----

-----Ricardo Arantes voltou a intervir para sublinhar que, na sua intervenção, sustentou que as intervenções dos Presidentes de Junta eram importantes e que os mesmos deveriam ter o seu próprio tempo. Esclareceu também que a sua alusão às ausências do Vereador do Ambiente, naturalmente, se reportava ao anterior – Rui Silva –, que não compareceu a uma única sessão, no mandato precedente, e não ao atual Vereador. -----

-----O Presidente da Mesa esclareceu que a Câmara Municipal se fazia, obrigatoriamente, representar pelo seu Presidente nas sessões da Assembleia Municipal. Mais reiterou que só seria Presidente da Mesa enquanto os grupos com menor representatividade tivessem tempo suficiente para intervir sobre as diferentes matérias, razão pela qual, no período de antes da ordem do dia, tinham que ter direito a, pelo menos, cinco minutos. -

-----O Presidente da Câmara Municipal começou por convir que, conforme enfatizou o orador precedente, importava trazer a esta Assembleia propostas claras e construtivas para, porventura, melhorar algo que não estivesse a correr tão bem. No dizer do Edil, a atuação do PS foi muito negativa ao tentar fazer passar a ideia de que se estava a ligar o saneamento ao rio na zona da Praia Fluvial da Malheira, o que não era verdade, passando-se exatamente o inverso, porquanto se estava a retirar o saneamento de todos os rios, com a construção de interceptores que, funcionando obrigatoriamente de uma forma estanque, não podiam permitir a entrada de quaisquer outros resíduos líquido que não fossem as águas pluviais. Pessoas houve que lhe perguntaram se era verdade que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

estavam a introduzir saneamento na Praia da Malheira, mas, ao invés, estava a ser assegurada a total estanquicidade do sistema, assim como a melhor qualidade da água e a existência de espaços de lazer mais aprazíveis nas margens ribeirinhas, sendo que a Praia da Malheira ia ser objeto de uma intervenção nesse mesmo sentido. O PS voltou a promover uma imagem negativa de Vila Verde, circunstância que levou o Edil a perguntar quem, afinal, não falava verdade. O PS tinha em mãos o pedido de calamidade pública enviado para as autoridades e a negação do mesmo é que representava uma mentira proferida perante esta Assembleia. Relativamente à questão da contagem do tempo, o Presidente da Câmara sublinhou que já há muito tempo se sabia que, para a bancada do PS, os Presidentes de Junta não contavam. Como, para o PSD, os edis contavam, a distribuição dos tempos obedecia à regra da proporcionalidade e espelhava a efetiva representatividade das forças político-partidárias do Plenário. Reportando-se à questão da garantia bancária, o Edil esclareceu que decorrera um concurso para o aumento do capital da Escola Profissional Amar Terra Verde. Todos conheciam o processo e podiam sempre ter acesso aos documentos, porquanto os mesmos foram aprovados pelo Executivo Municipal e pela Assembleia Municipal, estando até disponíveis as deliberações e todos os documentos na internet, no site do Município, além de que podiam sempre ser requeridos. O processo foi claro e transparente, tendo seguido todos os trâmites de um regular concurso público. Assim, o teor do caderno de encargos era para ser cumprido na íntegra e estava previsto que, em caso de incumprimento, o mesmo regressava ao início. O Presidente da Câmara afirmou que chegara uma resposta da Escola Profissional, a qual ia ser distribuída a todos os vereadores e podia também chegar a esta Assembleia. Quanto ao estacionamento, emergiu uma divergência entre o Executivo Municipal e a entidade gestora do mesmo. No país existia hoje a preocupação de fazer uma fiscalização do espaço em vez de uma fiscalização do trânsito. Em vez de as autoridades aplicarem uma coima de trânsito, as entidades gestoras do estacionamento podiam fazer a vigilância dos parques, sendo ressarcidas dos valores que não eram cobrados. A Empresa decidiu aplicar o pagamento do valor seis euros e oitenta cêntimos pelo uso de espaço sem pagamento e a Câmara, então, deliberou deixar de aplicar qualquer coima por incumprimento, não aplicando assim a multa de trinta euros a que estaria sujeito qualquer infrator. Este mesmo procedimento tinha sido adotado em outros municípios com o objetivo de beneficiar os utentes. Esta questão estava em discussão entre o Município e a empresa e, continuando esta a receber aquele valor sem interferência do Município, este, por seu turno, podia isentar-se do dever de fiscalização. Impunha-se, pois, proceder a uma alteração do regulamento de trânsito para o Município se desvincular do processo de fiscalização em questão. O exercício da fiscalização por parte do Município tinha que reger-se pelo código de estrada, o qual cingia a atuação do Município à aplicação de coimas entre os trinta e os cento e cinquenta euros. O Edil lamentou que fosse suscitado alarido acerca de situações sem um prévio conhecimento da realidade e da verdade dos factos. -----

-----O Vereador Luís Filipe Silva interveio, com a anuência do Presidente da Câmara, também para apologizar uma postura de verdade. Referiu que a questão do pedido de calamidade pública e o problema do saneamento na Praia da Malheira foram objeto de unanimidade em sede de reunião de Executivo Municipal. O assunto das tampas de saneamento foi informalmente tratado com o alerta dos vereadores do PS relativamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

ao mesmo, altura em que o Presidente da Câmara e o Vereador do Ambiente concordarem que aquela intervenção não era adequada àquele local. Nunca os vereadores do PS disseram que o esgoto estava a ser canalizado para o rio, antes consideraram que as condutas de saneamento eram necessárias, mas não naqueles moldes, razão porque solicitaram ao Presidente da Câmara a marcação de uma reunião de todo o Executivo Municipal com os responsáveis da empresa Águas do Noroeste para, com mais força, os alertarem para a superior defesa da qualidade ambiental. No dia vinte e quatro de outubro foi anunciado na RTP que tinha sido feito um pedido de calamidade pública, mas o mesmo só foi efetivamente enviado passados trinta dias e ainda bem que o foi. Não se podia era dizer que se mentiu deliberadamente. O mesmo Vereador do PS lembrou que, desde dois mil e um, sempre se bateu pelas questões ambientais e no centro das mesmas esteve, invariavelmente, o problema do saneamento, sendo, no entanto, imperativo que as obras avançassem em absoluto respeito pelo ambiente-----

-----O Presidente da Câmara voltou a intervir para asseverar que tudo se resumia a uma questão de linguagem e resultava de uma má interpretação das suas palavras. O Edil esclareceu que, na sua intervenção anterior, referira que, através dos meios de comunicação, o PS teria induzido, de uma forma geral, a opinião pública em erro, pois teria passado a ideia de que estariam a ser conduzidos os esgotos para a Praia Fluvial da Malheira. Se dúvidas subsistiam, bastava consultar os órgãos de comunicação social e os instrumentos de comunicação do PS concelhio para constatarem uma inscrição, a vermelho, com o teor “rio da Malheira, esgotos”, o que era uma forma de iludir as pessoas e de fazer crer que se estava a conduzir esgotos para o rio. Todos queriam preservar o ambiente, mas uma coisa era o que se queria, outra era o que se dizia para o exterior. Foi aqui referido, pela bancada do PS, “a mentira do anúncio do pedido de calamidade pública”, tal como na comunicação social, mas o que a maioria social democrata anunciou, nos dias seguintes às ocorrências calamitosas, foi que estava a preparar um documento para enquadrar numa situação de calamidade pública. Estas palavras estavam escritas e podiam ser lidas a todo o momento. O pedido não foi enviado um mês depois, seguiu no dia onze de novembro, embora ainda antes tivesse sido enviado via email, mas o que mais relevava era que o documento tinha sido enviado, depois de um levantamento tão exaustivo quanto possível das situações. O Diretor da RHNorte esteve no concelho, visitou alguns locais e sugeriu ao Executivo que propusesse a utilização de um fundo próprio existente no Ministério do Ambiente para a recuperação de infraestruturas hidráulicas nas margens dos rios. O processo continuava em desenvolvimento, tendo um técnico daquela mesma identidade feito já várias deslocações ao Município no sentido de estudar, com os técnicos municipais, formas de apoio. Independentemente desse apoio vir alguma vez a efetivar-se, estava já em curso o processo de recuperação das estruturas danificadas. -----

-----Júlio Zamith reiterou que aguardava resposta do Presidente da Câmara acerca da existência ou não da garantia bancária e sobre o acréscimo de cinco cêntimos no estacionamento, tendo o Edil assegurado que ia esclarecer estas duas questões através de elementos escritos. -----

-----O Presidente da Mesa revelou que os elementos efetivos propostos pelo PS para integrar a Assembleia Intermunicipal da “Comunidade Intermunicipal do Cávado – C.I.M.” eram Luís Loureiro Castro, Júlio César Zamith Soares Rosas, Isabel Maria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Fernandes da Costa e António Ruães Pereira. Os elementos suplentes propostos pelo PS eram Maria Luísa Azevedo Gonçalves e Aires Francisco Macedo Fumega. -----

-----Susana Silva esclareceu que o PSD e o CDS-PP iam apresentar a seguinte lista conjunta para integrar a Assembleia Intermunicipal C.I.M. Membros efetivos: João Manuel Lobo de Araújo, Susana Silva, António Alberto Rodrigues e Manuel Pereira. Membro suplente: José Costa. -----

-----O presidente da Mesa esclareceu que, embora a lista do PS fosse integrada por dois membros suplentes, apenas podia ser considerado um membro suplente. -----

-----Teve, de seguida, lugar a entrega, na Mesa, das declarações de aceitação dos membros das listas. -----

-----A lista A foi, assim, comum ao CDS-PP e ao PSD. A lista B foi a apresentada pelo PS. -----

-----Seguidamente, Susana Silva informou que o Grupo Parlamentar do PSD propunha o Presidente da Junta de Freguesia de Oleiros Santa Marinha, José Almeida Parente, para o Conselho Municipal de Educação; e o Presidente da União das Freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide, Carlos Ferraz, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta. Não foram apresentadas mais candidaturas, nem para integrar o Conselho Municipal de Educação nem para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta. -----

-----No ponto 4.1.- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou de União de Freguesias que representará, no Conselho Municipal de Educação, as freguesias do concelho de Vila Verde -, o Presidente da Junta de Freguesia de Oleiros Santa Marinha, José Almeida Parente (lista A), foi eleito por maioria, com quarenta e três votos, tendo-se ainda registado dezassete votos brancos. -----

-----No ponto 4.2. - eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para, nos termos da alínea L, do artigo décimo sétimo da Lei 147/99 de um de setembro, integrar a Comissão Alargada da “Comissão de Proteção de Crianças e Jovens” -, teve lugar a indicação e designação dos seguintes nomes: Júlio César Zamith Soares Rosas, pelo PS; João Manuel Lopes Graça, pelo PSD; Ana Maria Lago Sousa Melo, pelo CDS-PP; Maria Amélia da Silva Lopes, pela CDU. -----

-----No ponto 4.3. - eleição de quatro elementos efetivos e um suplente, detentores, por eleição direta, do cargo de membros da Assembleia Municipal, com a finalidade de integrar a Assembleia Intermunicipal da “Comunidade Intermunicipal do Cávado – C.I.M.”-, foram apurados os seguintes resultados: dois votos brancos, dezoito votos na lista A e treze votos na lista B, tendo a distribuição de mandatos ficar definida da seguinte forma: PSD – dois representantes – João Manuel Lobo de Araújo e Susana Sofia Pereira da Silva; PS – dois representantes – Luís Loureiro de Castro e Júlio César Zamith Soares Rosas. Foram ainda eleitos suplentes António Alberto Rodrigues, pelo PSD, e Isabel Maria Fernandes da Costa, pelo PS. -----

-----No ponto 4.4. - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou de União de Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta-, o Presidente da União das Freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide, Carlos Cerqueira Ferraz (lista A) foi eleito por maioria, com quarenta e três votos, tendo-se ainda registado dezassete votos brancos. -----

-----O Presidente da Junta de Soutelo interveio para convir que era necessário encontrar forma de agilizar estes procedimentos, porquanto, apenas nas eleições dos pontos supra,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

perdeu-se quase uma hora. Mais sugeriu que as pessoas eleitas, no futuro, trouxessem o feedback dessas mesmas instituições onde iam representar esta Assembleia Municipal. -

-----Por solicitação do Presidente da Câmara e anuência do Plenário, foi alterada a ordem de trabalhos e foi posto à discussão e votação o ponto 5.4 que passou para primeiro lugar. -----

-----No ponto 5.4. - Discutir e votar proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal/2013 -, o Presidente da Câmara esclareceu que um dos objetivos deste ponto era o regresso de um funcionário da topografia que estava de licença sem vencimento, situação apenas possível porque foi superada a obrigatoriedade de redução de dois por cento do pessoal do quadro. Estava ainda em questão uma situação de mobilidade entre instituições, na circunstância um engenheiro que pertencia a uma instituição e que, com esta alteração, passava para os quadros do Município. Esta alteração tinha que estar concluída até ao final do ano. -----

-----Este ponto foi aprovado por maioria, com quarenta e nove votos a favor, zero votos contra e dezassete abstenções. -----

-----O Presidente de União de Freguesias de Escariz S. Mamede e Escariz S. Martinho, em declaração de voto, esclareceu que se absteve porque era funcionário do Município.

-----Na apresentação de três outros assuntos, complementares e por conseguinte apreciados em conjunto, propostos pela Câmara Municipal, concretamente os pontos 5.1, 5.2, e 5.3, o Presidente da Câmara considerou que os tempos difíceis que se viviam impunham um rigor financeiro absoluto, conducente à consolidação orçamental e ao equilíbrio das contas do Município. No documento era inequívoca uma estratégia de otimização do aproveitamento dos fundos do Quadro Comunitário de Apoio dois mil e catorze / dois mil e vinte, o qual privilegiava áreas fundamentais para Vila Verde, mormente o emprego e o desenvolvimento económico. As políticas a encetar iam dar prioridade à atração do investimento e a um desenvolvimento estratégico igualmente alicerçado na aposta na educação/formação. Nesta conjuntura de crise, a ação social ganhava também foros de prioridade, valorizando-se o bem-estar das pessoas. Neste sentido ia também o investimento na melhoria da qualidade ambiental, fundamentalmente o alargamento da rede de saneamento e o reforço da rede de abastecimento de água. Ia prosseguir também uma política fiscal passível de incrementar a atratividade do concelho. Acresciam igualmente as medidas em ordem ao aproveitamento das potencialidades turísticas do concelho e as políticas de juventude. O Edil asseverou que havia abertura relativamente a sugestões das várias bancadas e dos presidentes de Junta, assim como do exterior, designadamente instituições, porque era desejável a participação de todos no processo de construção do desenvolvimento concelhio. -----

-----Estes três pontos foram discutidos na generalidade pelos diferentes grupos municipais. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado quis saber se nas Grandes Opções do plano estava pensada a Cruz Vermelha da Vila de Prado ou uma unidade de socorro, sendo consabido que estava criado um grupo destinado a reativar a Cruz Vermelha naquela Vila. O Edil perguntou se se continuava a fazer vista grossa à necessidade que o sul do concelho tinha desta valência. A conjuntura não oferecia garantia de estabilidade financeira nem para municípios nem para juntas de freguesia. A nova Lei 75/2013 não era garante da autonomia e estabilidade financeira que as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

freguesias ansiavam, mas era importante obter esclarecimentos do Presidente da Câmara sobre as medidas que ia tomar, nomeadamente formas de apoio para as freguesias, na certeza de que era insustentável a prossecução da estratégia de celebração de protocolos, porquanto os dinheiros chegavam tardiamente, quando a Lei dos Compromissos obrigava à existência de cabimentação para a execução de determinadas tarefas. Nos municípios vizinhos, as freguesias eram contempladas com transferências de verbas que chegavam a atingir os duzentos por cento do FFF. No dizer do Edil, era chegada a altura do Município de Vila Verde enveredar pela mesma estratégia, sob proposta do presidente, conforme estipulava a Lei. O mesmo Presidente de Junta quis saber quando ia ter lugar esta proposta e se este Orçamento estava adequado às novas competências das freguesias elencadas na referida Lei. Mais lembrou que as juntas de freguesia não possuíam recursos para responder com eficiência e eficácia as estas novas exigências/atribuições. Paulo Gomes reparou que, na terça ou quarta feira passadas, enviou um email para o email geral da Câmara e não obteve resposta. O CD não estava a funcionar, razão porque o dinheiro despendido com o seu envio podia antes ser oferecido a uma instituição de solidariedade social ou aos bombeiros. Sugeriu que, a exemplo do que fazem outros municípios, na plataforma da Câmara, fosse criada uma área reservada para os deputados municipais e para os Presidentes de Junta, com *login* próprio para acesso a estes documentos sem custos para o Município. -----

-----O Presidente da Junta de Soutelo também apologistou uma elevação dos níveis de eficácia e de eficiência na relação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, deixando-se a cada um aquilo que melhor sabia fazer. Advogou que as questões micro deviam ficar para as Juntas de Freguesia, enquanto à Câmara competiriam sobretudo as questões macro, como a referida atração do investimento, mas as Juntas apenas conseguiam dar esta resposta com autonomia e com as verbas necessárias. As Juntas tinham ainda a capacidade de fazer mais com menos dinheiro, pois contavam com a disponibilidade e com o apoio da população. Aguardava, assim, que o Presidente da Câmara apresentasse propostas neste sentido, na certeza de que quem mais ia ganhar eram os cidadãos. Lamentavelmente, a nova Lei, depois de se ter consumido tanto tempo e tantas energias com a reorganização administrativa local, nada trouxe de novo, principalmente em matéria de eficácia da ação no terreno. Era chegado o momento de se potenciar as Juntas de Freguesia, porque elas estava abertas ao desenvolvimento de uma estreita cooperação em prol das terras e das pessoas que serviam. -----

-----Manuel Pereira, do CDS-PP, sustentou que o seu partido sempre apologistou o realismo orçamental e reiteradamente chamou à atenção para a irrealidade dos orçamentos que eram anualmente apresentados. Desta feita, a situação era distinta e o CDS-PP congratulava-se com esta nova visão, voltada para a realidade e reveladora de capacidade provisional. O Executivo, no documento, evidenciava também reconhecimento da capacidade técnica dos quadros do Município, dada a redução da despesa em estudos, pareceres, projetos e consultadoria de oitenta mil duzentos e cinquenta e seis para sete mil cento e oitenta e quatro euros. O mesmo orador enalteceu a preocupação demonstrada relativamente às funções sociais, nomeadamente a educação e a ação social, áreas de eleição do CDS-PP, uma vez que a aposta na educação influenciava o capital criativo, crítico e de responsabilidade social e de cidadania das gerações vindouras. Mais sublinhou o investimento com a população desfavorecida neste momento de intensa crise económica, financeira, social e de valores. A criação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Divisão de Águas e Saneamento e a previsão de intervenções neste sector eram a prova de que o Executivo Municipal pretendia manter este serviço, o que era motivo de satisfação para o CDS-PP. Pelas razões expostas, o CDS-PP ia votar favoravelmente os pontos da ordem de trabalhos em apreço. -----

----Por deliberação maioritária do Plenário, esta reunião, que já tinha atingido o limite temporal regimental de três horas, continuou por mais uma hora, após uma votação com o seguinte resultado: trinta votos a favor, uma abstenção e vinte e dois votos contra. ----

----Luís Castro, do PS, frisou que este documento era da mais alta importância, tendo em linha de conta que nele devia estar integrada a estrutura do planeamento económico e social que, para um determinado período, fundamentava a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social do concelho. Aludiu à contradição manifesta entre o que tinham sido as Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentados nos últimos anos, que apontavam para a necessidade dos contributos de todos, e a prática que vinha sendo seguida: à teoria do contributo de todos que era referida correspondia a recusa desses contributos, rejeitando propostas que ao longo dos tempos foram apresentadas pelos vereadores do partido socialista, em praticamente todas as áreas sectoriais, desde a educação ao desporto, desde a ação social ao turismo, desde a indústria à preservação e recuperação ambiental. Mais perguntou onde estava o Orçamento participativo. Uma grande parte das boas intenções apontadas já constavam das grandes opções do plano de anos anteriores. O orador socialista considerou que se esperava muito mais de uma equipa renovada, em áreas importantíssimas, como o emprego. Num momento de especial dificuldade para a manutenção e criação de emprego, era desejável a adoção de especiais medidas neste domínio. A captação de empresários e de emprego no concelho exigia políticas inovadoras e mais dinâmicas, uma postura inteligente e hábil adequada a produzir o resultado desejado nesta área. Congratulou-se, no entanto, com a indicação no documento de um conjunto de intenções: a criação de Lojas do Município, na Vila de Prado, na zona do Vade, na Ribeira do Neiva e no Vale do Homem, e a criação de Espaços do Cidadão em Vila Verde e na Vila de Prado por sinal uma das raras exceções ao que foi anteriormente dito, por se tratar de assunto proposto pelos vereadores do partido socialista; a eliminação de todo o tipo de barreiras arquitetónicas nas vias e nos edifícios públicos; a criação de um parque ambiental; a criação da zona de proteção ambiental da Veiga de Cabanelas; a criação, na freguesia de Duas Igrejas, do Museu da Ribeira do Neiva; a criação do Complexo Desportivo e Zona de Lazer da Ribeira do Neiva; a criação de um Centro de Alto Rendimento Desportivo na Vila de Prado; a construção de uma nova ligação entre a atual variante, na zona de Prado, e a zona industrial de Oleiros, com ligação a Cabanelas e Cervães. Mas eram igualmente reafirmadas as intenções, muitas delas velhas promessas do passado: a requalificação do núcleo urbano da Vila de Prado; a recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho da Vila de Prado; o alargamento da rede de abastecimento de água; o alargamento da rede de saneamento básico; a variante à sede concelhia, alternativa à EN cento e um, a requalificação das margens ribeirinhas, para o lazer e a prática desportiva, requalificando as praias fluviais; e a criação de ecovias/ciclovias. Era precisamente porque, calejada com o incumprimento das velhas promessas do passado, a bancada do Partido Socialista, dando o benefício da dúvida a este Executivo em início de mandato, ia abster-se nesta votação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----Eduardo Rodrigues, do PS, manifestou-se indignado com a inexistência, no documento, de um capítulo específico para as políticas de juventude, situação sintomática de que não era atribuída a devida importância aos jovens vila-verdenses. O mesmo orador questionou o Presidente da Câmara sobre a razão para a criação, no organograma, de uma divisão ou unidade orgânica sem a mesma estar preenchida. -----

-----Susana Silva, do PSD, depois de enaltecer a postura correta da sua bancada, sugeriu à Mesa que solicitasse às demais bancadas similar atitude, furtando-se de proferir comentários, em voz alta, e evitando diálogos paralelos e/ou formulação de perguntas diretas quando algum deputado estava no uso da palavra. A oradora social democrata lembrou que o país continuava a viver dias difíceis e exigentes que impunham postura crítica, esperança e estratégia, para que, agindo no presente, se pudesse potenciar o futuro. A Câmara atribuía setenta e quatro vírgula quarenta e um por cento do investimento às funções sociais e dez vírgula cinquenta e seis por cento às funções económicas, o que espelhava a estratégia de promoção da atratividade do concelho, elaborada a pensar nas pessoas e na satisfação das suas reais necessidades. Assim, a teoria exposta encontrava eco nos números do orçamento e demonstrava que não se estava a marcar passo, criando-se antes, com coragem, oportunidades de crescimento. A oradora advertiu os presentes para não contarem com o PSD para aceitar um conjunto de medidas *ad hoc*, sem qualquer estratégia, inflamadas nos órgãos de comunicação social, ou para dizer mal só porque sim ou porque foi sugerido por outro partido, sendo certo que o que verdadeiramente interessava era o futuro de Vila Verde. Mantinha-se a centralidade na educação, apresentando um conjunto de atividades destinadas às diferentes faixas etárias e ressaltava o esforço no sentido da conclusão da requalificação do parque escolar com o investimento na requalificação e ampliação dos centros escolares da Lage, Cervães e Soutelo, assim como a aposta na ação social educativa, ao nível do fornecimento de refeições, na comparticipação de livros, nos transportes escolares e nas bolsas de estudo. Susana Silva destacou também a atenção concedida à cultura, ao desporto, ao abastecimento público de água e ao saneamento básico, áreas fulcrais para a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida. No domínio da preservação e valorização da identidade e das tradições culturais, salientou a criação de espaços como o Centro Interpretativo da Ribeira do Neiva e o Centro Interpretativo do Património Cultural em Cerâmica, na Vila de Prado, e a recuperação de outros espaços, como a Adega Cooperativa, assim como a dinamização de eventos que também ajudavam a alavancar a economia local. A promoção do desporto, enquanto fator de saúde e de bem-estar, e o maior investimento na valorização das potencialidades endógenas, promovendo a criação de empenho próprio e a fixação das pessoas, mereceram o destaque da oradora social-democrata. Aludiu à adoção de uma política fiscal atrativa e à ampliação das áreas de instalação industrial, assim como à aposta na inovação e no conhecimento, através da Casa do Conhecimento, para relevar a atenção dada ao crescimento económico. O Mapa de Pessoal apresentado patenteava uma boa organização e gestão adequada, sendo ainda de salientar o compromisso do Município com a criação de condições para a melhoria dos seus recursos humanos sem comprometer o rigor orçamental. Susana Silva enfatizou a criação das Lojas do Município, mais um passo pioneiro no processo de modernização administrativa, no sentido da desburocratização e da agilização dos processos. Reconheceu igualmente a relevância da continuidade das parcerias com Juntas de Freguesia, Agrupamentos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Escolas, IPSS e demais instituições privadas e públicas. Pelo exposto, as Grandes Opções do plano, o Orçamento e o Mapa de Pessoal iam ter o voto favorável do PSD. --
-----Miguel Peixoto, do PSD, começou por manifestar a sua firme vontade de sobrepor os interesses do concelho e da população acima de interesses partidários. Mais esclareceu que estava também a representar o Conselho Municipal de Juventude, órgão que reuniu para apreciar e para se pronunciar sobre o documento em apreço. Elogiou o Executivo Municipal pela disponibilidade demonstrada para ouvir os jovens do concelho. O referido Conselho defendia que o documento ia ao encontro das necessidades da população, afetando oitenta por cento das receitas previstas para investimentos que se repercutiam no dia a dia das pessoas. Apesar de não emergir um capítulo específico da juventude, o Plano apontava muitas propostas direcionadas para os jovens e isso era o que mais relevava. Era clara a estratégia de promoção da atratividade do território concelhio e a criação de uma marca identitária, havendo a preocupação de proporcionar qualidade de vida a quem aqui vivia e/ou trabalhava. Um outro aspeto digno de registo era o propósito do Executivo de falar do concelho pela positiva, de aproveitar e valorizar as potencialidades locais. Prova disso mesmo foi a vontade manifestada, há poucos dias, por uma empresa multinacional, de se instalar em Vila Verde, produzindo riqueza e criando postos de trabalho neste concelho. Dez por cento do Orçamento destinava-se à criação de condições para o concelho atrair investimento, mas esta estratégia emergia também com os incentivos fiscais para os jovens, assim como com a criação de espaços para o arranque de novos negócios. Miguel Peixoto lançou ainda um repto no sentido de que se pensasse na possibilidade de todos os produtos produzidos e vendidos de Vila Verde para o exterior levarem um símbolo do concelho. Exortou a que todos colaborassem com o Executivo Municipal e se mobilizassem na promoção de Vila Verde pela positiva, recusando a política do “bota abaixo”. O mesmo orador elogiou a visão crítica e a lucidez dos jovens das associações juvenis e das juventudes partidárias que se pronunciaram favoravelmente à aprovação do documento em análise, conforme era evidente no teor da ata da aludida reunião. A própria Juventude Socialista, com a honestidade natural dos jovens, foi favorável à aprovação deste documento, apesar de depois lhes terem sido puxadas as orelhas, nomeadamente pelos membros da bancada socialista que agora aqui estavam a revelar a sua insatisfação relativamente às palavras que estava a proferir. Os jovens do concelho, independentemente da sua afetação partidária, tiveram a coragem de afirmar que este documento era excelente. -----

-----Hugo Gonçalves advogou que o Plano era uma cópia daquilo que tinham sido os Planos apresentados nos últimos anos, continuando a afirmar-se que as prioridades eram o emprego, o desenvolvimento económico e a qualidade de vida, objetivos nobres mas que não passavam de intenções. Sendo certo que as principais responsabilidades relativamente ao emprego/desemprego eram dos Governos centrais, a Câmara Municipal não podia ficar alheia à destruição de centenas de postos de trabalho, assistindo passivamente ao encerramento das empresas e à liquidação dos postos de trabalho, limitando-se a oferecer como alternativa a caridade, não sendo capaz de ter uma atitude, um ato digno de combate às políticas centrais causadoras desta destruição. Por outro lado, estavam cansados de ver nos Planos a necessidade da construção das variantes à EN 101, ao Parque Industrial de Oleiros e a ligação da Vila de Prado à sede do concelho, que não passavam de intenções, uma vez que o Executivo Municipal se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

limitava a andar de chapéu na mão junto do Governo, não mobilizando os munícipes para reivindicarem e para agirem em torno destes objetivos. No que respeitava à Educação/Formação, o mesmo orador manifestou as suas preocupações com a atitude da Câmara em se limitar a dar corpo às políticas do Governo, procedendo aos mega agrupamentos escolares que a curto/médio prazo, com a retirada de outros serviços públicos do interior, iam resultar na progressiva desertificação. Mostrou-se também preocupado com o futuro da Escola Profissional Amar Terra Verde (EPATV), tendo em conta a sua privatização. EPATV que tão bons resultados deu quando gerida pelos municípios, receando-se agora, com a gestão privada, pelos resultados no futuro próximo. A qualidade de vida da população preocupava-o igualmente, registando com desagrado a ausência de qualquer política municipal de apoio à habitação e a ausência de Serviço Nacional de Saúde vinte e quatro horas por dia. Em matéria ambiental tinha sérias reservas quanto à eficácia da recolha de resíduos sólidos urbanos, agora sob a alçada da gestão privada. Continuava à espera que o Projeto de Requalificação do Passivo Ambiental dos Carvalhinhos avançasse, bem como a implementação das ecovias/ciclovias, há muito prometidas, e a recuperação e requalificação das margens dos rios. Pelo exposto, o voto da CDU era contra as Grandes Opções do Plano para dois mil e catorze/dois mil e dezassete, assim como contra o Orçamento para o ano económico de dois mil e catorze. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que a Lei possibilitava a criação de unidades orgânicas que podiam, depois, não ser preenchidas com um dirigente. O objetivo era que pudessem existir unidades com um serviço específico, com recursos humanos responsáveis pela realização de um trabalho necessário. As regras específicas impostas pela Lei para o sector da água e saneamento reclamaram a criação desta unidade. O Edil reiterou o total empenho na reativação do núcleo da Cruz Vermelha da Vila de Prado, razão porque tiveram lugar várias reuniões com responsáveis da Cruz Vermelha nacional, mas as pessoas do grupo de trabalho formado para o efeito não concordaram com o formato que lhes foi proposto no sentido da junção de vários núcleos e tão-pouco receberam qualquer resposta à sua contraproposta de voltar a criar um núcleo autónomo na Vila de Prado. As diligências no sentido de resolver estes relevante assunto iam, no entanto, prosseguir. Quanto aos acordos de cooperação e de execução com as freguesias, não havia ainda qualquer formato decidido, sendo que o modelo não tenderia a ser igual em todas as freguesias, mas havia ainda que encontrar algum consenso a este nível. A Edilidade tinha já formatado um pacote de formação que ia ter lugar ainda durante o mês de janeiro, conforme ficou acordado na reunião com os Presidentes de Junta, para um cabal esclarecimento das freguesias acerca da totalidade das respetivas competências, incidindo ainda em áreas como as finanças e a contratação de recursos humanos, num processo igualmente aberto aos membros da Assembleia Municipal. -----

-----O ponto 5.1. - Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2014/2017 -, foi aprovado por maioria, com cinquenta e um votos a favor, um voto contra e catorze abstenções. -----

-----Eduardo Rodrigues, em declaração de voto, sublinhou que votaram em abono da verdade e que a sua bancada não admitia qualquer tipo de lição sobre a forma como resolver os assuntos no seu seio e no seio do seu partido. O orador socialista afiançou que a empresa multinacional se instalou em Vila Verde pelo mérito de uma empresa mobiliária que soube cativá-la para alugar as instalações em questão. A Câmara limitou-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

se a ceder as instalações ao Centro de Emprego. Nessa mesma semana, encerrou a Cofinca, e, na quinta-feira, Rui Silva e Manuel Lopes, nas piscinas, transmitiram aos dez funcionários que iriam para a rua. Eduardo Rodrigues frisou que a sua declaração de voto ia no sentido de apurar a verdade e exortou Miguel Peixoto a preocupar-se mais com os jovens que todos os dias abandonavam o concelho. A sigla de Vila Verde estava a ser vendida nos jornais locais, regionais e nacionais e um deles era o jornal “O Crime”. Se esta sessão se prolongasse até segunda-feira, a líder da JS de Vila Verde ia comparecer para esclarecer a situação relativa ao Conselho Municipal de Juventude. ----

----O Presidente da Mesa esclareceu que, neste caso concreto, não houve declaração de voto, porquanto a mesma, a existir efetivamente, tinha que revelar os termos e motivos da abstenção. -----

----O presidente da Junta de Soutelo justificou que o grupo dos edis independentes votou favoravelmente porque se estava perante um plano de intenções. Mais exortou a juventude a ser proativa e a patentear a capacidade de criar e de recriar. -----

-- Susana Silva, em declaração de voto, justificou o voto favorável da sua bancada invocando o sentido estratégico do documento. Recomendou ainda que, futuramente, o Conselho Municipal de Juventude apresentasse a sua posição em documento escrito. ----

----O Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado justificou a sua abstenção com a falha técnica ao nível do CD e lembrou que a empresa em causa se ia instalar na Vila de Prado, o que devia justificar a concessão de prioridade na admissão de pessoas da Vila de Prado e/ou do concelho de Vila Verde, devendo-se assim lutar para que uma percentagem do emprego criado tivesse essa origem local. O Edil afiançou que acompanhava o processo desde junho, já falara com o diretor geral da empresa e agendara uma reunião para janeiro. Embora o Presidente da Câmara não tivesse abordado o assunto consigo, o Edil da Vila de Prado asseverou que o ia convidar a participar na mesma reunião e apelou a que ajudasse no propósito de definição de uma percentagem de empregabilidade de pessoas da Vila de Prado ou do concelho de Vila Verde.-----

----O Presidente da Câmara asseverou que o Executivo Municipal acompanhou o processo de instalação daquela unidade industrial na Vila de Prado. Embora confirmando que a seleção foi feita pelo Instituto de Emprego, nem por isso deixou de encetar esforços no sentido de que fossem recrutadas apenas pessoas do concelho de Vila Verde. A empresa apenas quis recrutar pessoas do género feminino e definiu um limite de idade de vinte e cinco anos. A totalidade das pessoas selecionadas para fazerem formação eram de Vila Verde, titulares de carta de condução e com o décimo segundo ano de escolaridade. A intenção da empresa era criar cem postos de trabalho nos próximos dois anos. Estava agendada uma reunião para, em janeiro, realizar uma visita à APATV, com vista a direcionar alguma formação para este tipo de emprego. ----

----Luís Castro interveio para reparar que o limite temporal desta reunião voltou a ser excedido sem que se tivessem esgotado todos os pontos da agenda e lamentou que o tratamento destes assuntos relativos às Grandes Opções do Plano tivesse tido lugar apressadamente. -----

----O Presidente da Mesa frisou que todas as intervenções feitas em nome de declarações de voto, em boa verdade, não consubstanciaram efetivas declarações de voto, razão porque a Mesa, em bom rigor e não fosse a elevada consideração por todos, nestes casos, teria que ter cortado a palavra. Reportando-se às palavras de Susana Silva,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

o Presidente da Mesa admitiu que lhe competia disciplinar os trabalhos e intervir nesse preciso sentido, mas apenas em último recurso, porquanto as pessoas tinham que se autoresponsabilizar e conhecer os assuntos sobre os quais iam deliberar. As pessoas que saíam, ainda que momentaneamente, em bom rigor, tinham que, previamente, se dirigir à Mesa para solicitar autorização ou dar conhecimento, mas, no pressuposto de que todos estavam de boa-fé, estes procedimentos não estavam a ser estritamente observados-----

----O ponto 5.2. – Discussão e votação do Orçamento para o Ano Económico de dois mil e catorze e respetivas Normas Regulamentares de Execução - foi aprovado por maioria com cinquenta votos a favor, um voto contra e quinze abstenções. -----

----O ponto 5.3. – Aprovação do Regulamento de Serviços, Organograma e Mapa de Pessoal - foi aprovado por maioria, com quarenta e nove votos a favor, zero votos contra e dezassete abstenções. -----

----Por ter sido aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e seis aquando da votação e apresentação deste minuta e com vista a que as respetivas deliberações se tornem definitivas e executórias e possam, assim, produzir efeitos imediatos, lavra-se o presente documento que depois de aprovado vai ser assinado. -----

----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou presente ata que, de pois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e catorze.-----

O Presidente

O Primeiro Secretário

A Segunda Secretária
